

MORTOS E VIVOS

RUBEM BRAGA

O artigo que Hélio Fernandes escreveu sobre o marechal Castelo Branco, por ocasião de sua morte, me pareceu uma dessas coisas lamentáveis que produzem mal-estar em qualquer cidadão e um natural sentimento de revolta nos amigos do morto. Sempre tive as melhores relações com o jornalista da «Tribuna da Imprensa», embora só raramente nossas opiniões políticas hajam coincido. Não escondo que seu artigo me pareceu uma provocação, deliberada ou não, e, de qualquer modo, capaz de ter efeitos indesejáveis na área política.

Confesso, entretanto, que esperei haver, nos altos círculos do Governo, mais circunspeção e prudência no trato do assunto. E não houve. O ministro da Justiça tomou exatamente o pior partido, que foi mandar confinar o jornalista em Fernando de Noronha, através de um ato claramente arbitrário e ilegal. Agiu exatamente como se estivéssemos em uma Ditadura.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que Hélio Fernandes não praticou nenhum crime, pois não é admissível classificar assim qualquer ato que mereça reprovação sentimental ou moral. Mas, ainda que houvesse crime, não teria o Ministro da Justiça, competência para julgá-lo, condenando-o a uma pena odiosa, como a de confinamento sem prazo determinado. Além de arbitrariedade, houve, diga-se de passagem, mau gosto na escolha do local: por mais que se chame Território, Fernando de Noronha é, sobretudo, um presídio de longa e triste fama, a 200 milhas de terra. Fêz-se, assim, uma punição espetacular, em pleno Atlântico, como a convidar o mundo civilizado a apreciar as belezas de nosso regime.

A desculpa é que o ministro agiu para evitar algum atentado contra o jornalista ou o empastelamento de seu jornal. Essa preocupação era admissível, mas um governo prudente e forte sempre encontraria outros meios de agir, apelando de um lado para remédios legais, de outro, para sua própria autoridade. O que não é possível é botar para funcionar leis caducas e inadmissíveis que nem são leis, mas atos de força que foram despautérios redigidos por juristas de barbicacho militar.

Diz-se, agora, que, se o jornalista fôr libertado, onde e quando seu avião descer, êle será novamente prêso «na ignorância». Já nisso não acredito, pois seria admitir que o marechal Costa e Silva é um presidente débil, incapaz de impor sua autoridade sobre tal ou qual grupinho de radicais interessados em capitalizar a defesa da memória do falecido.

Falei, acima, em barbicacho militar. Que força estranha impede o Ministro da Justiça e a Polícia Federal da Guanabara de cumprir o estrito dever, a reiterada ordem de liberar os exemplares do livro «Torturas e Torturados» de Márcio Moreira Alves? Essa prolongada chicana é uma afronta à Justiça praticada pelo Ministro da Justiça. E também uma falta de respeito a mortos, mortos certamente humildes, mas não menos mortos que o marechal Castelo Branco; mortos que não foram acidentados, mas vítimas de crimes odiosos praticados no governo passado. Afronta-se a lei aqui, já não para proteger a memória de um homem honrado, mas as suscetibilidades de torturadores e carrascos fardados ou paisanos que andam por aí, não somente impunes, como arrogantes e pimpões..